

Sumário

TÍTULO I
INTRODUÇÃO ÀS TÉCNICAS
DE EXECUÇÃO FORÇADA

CAPÍTULO I
AS VIAS DE EXECUÇÃO NO
PROCESSO CIVIL BRASILEIRO

1.	Tutelas jurisdicionais	33
2.	Breve histórico da ação executiva	34
3.	As sucessivas reformas do CPC, que culminaram com a abolição da <i>actio iudicati</i> , no campo do cumprimento das sentenças, e com a implantação em caráter geral da <i>executio per officium iudicis</i>	36
4.	A modernização da execução do título extrajudicial	39
5.	Principais inovações da execução do título extrajudicial e direito intertemporal	39
6.	Vias de execução disponíveis no moderno processo civil brasileiro	41
7.	Nova estrutura do presente livro	42

TÍTULO II
O PROCESSO DE EXECUÇÃO DISCIPLINADO
PELO LIVRO II DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

CAPÍTULO II
EXECUÇÃO FORÇADA

8.	Processo de execução	43
9.	Evolução histórica da execução	45
10.	A execução no direito brasileiro	46
11.	Tendências do processo de execução no direito brasileiro	48
12.	Opção entre ação executiva e ação cognitiva	50
13.	Meios de execução	53
14.	Modalidades dos meios de execução	54
15.	Natureza do processo de execução	55
16.	Processo de execução e processo de conhecimento. Diferenças essenciais	56
17.	Autonomia do processo de execução	58

18.	Autonomia da execução e as reformas do CPC	59
19.	Objetivo da execução.	60
20.	Condições e pressupostos da execução.	61
21.	A função do título executivo	62
22.	Princípios informativos do processo de execução	64
23.	As várias modalidades de execução	67
24.	Atos de execução	68
25.	Relação processual executiva	69
26.	Citação executiva.	70
27.	Princípio da oficialidade	71

CAPÍTULO III

ELEMENTOS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

28.	Visão dinâmica e estática do processo	73
29.	Classificação dos elementos do processo.	73
30.	Objeto da execução.	74

CAPÍTULO IV

AS PARTES NO PROCESSO DE EXECUÇÃO (I)

31.	Conceito	77
32.	Legitimação ativa	78
33.	Legitimação ativa originária	79
34.	Litisconsórcio e assistência no processo de execução	79
35.	Legitimação ativa derivada ou superveniente	81
36.	Espólio	81
37.	Herdeiros e sucessores	83
38.	Momento da sucessão	83
39.	Cessionário.	84
40.	Sub-rogado.	85
41.	Situações especiais: massa falida, condomínio e herança jacente ou vacante	86
42.	Terceiros interessados	86

CAPÍTULO V

AS PARTES NO PROCESSO DE EXECUÇÃO (II)

43.	Legitimação passiva	87
-----	-------------------------------	----

44. O devedor	89
45. Sucessores	89
46. O novo devedor.	90
47. Fiador judicial	92
48. Fiador extrajudicial.	92
49. Responsável tributário	94
50. Denúnciação da fidei	99
51. Chamamento ao processo	100
52. Intervenção de curador especial ao executado revel	102

CAPÍTULO VI
CÚMULO DE EXECUÇÕES E RESPONSABILIDADE
CIVIL DO EXEQUENTE

53. Cúmulo objetivo de execuções	103
54. Cúmulo subjetivo	105
55. Responsabilidade civil decorrente de execução indevida	105
56. Concurso de execução forçada e ação de conhecimento sobre o mesmo título	106

CAPÍTULO VII
COMPETÊNCIA

57. Juízo competente para a execução	109
58. Execução de sentença	109
59. Competência para execução de títulos extrajudiciais	110
60. Competência para a execução fiscal.	110
61. Título executivo extrajudicial estrangeiro	111
62. Competência para deliberação sobre os atos executivos	112
63. Competência internacional	112

CAPÍTULO VIII
REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAR
QUALQUER EXECUÇÃO

64. Pressupostos específicos da execução forçada	113
65. Inadimplemento do devedor	113
66. Inadimplemento em contrato bilateral	114
67. Título executivo.	116

68.	Conteúdo do título executivo	116
69.	Forma dos títulos executivos	118

CAPÍTULO IX

TÍTULOS EXECUTIVOS EXTRAJUDICIAIS

70.	Execução de sentença e ação executiva	119
71.	Impossibilidade de conversão de execução forçada em ação ordinária de cobrança	120
72.	Posição do título executivo extrajudicial no atual regime processual brasileiro.	120
73.	Classificação	121
74.	Títulos cambiários e cambiariiformes	122
75.	Duplicata sem aceite	123
76.	Registro fiscal das cambiais.	125
77.	Responsáveis cambiários	126
78.	Documento público ou particular	127
79.	Confissões de dívida	128
80.	Hipoteca, penhor, anticrese e caução	129
81.	Execução hipotecária	130
81-a.	Superposição de hipotecas sobre o mesmo imóvel	132
81-b.	Remição da hipoteca e pagamento do débito hipotecário pelo novo proprietário do imóvel	132
82.	Classificação das garantias	133
83.	Seguros	134
84.	Rendas imobiliárias	135
85.	Encargo de condomínio	136
86.	Custas judiciais, emolumentos e honorários	137
87.	Dívida ativa da Fazenda Pública	137
88.	Títulos executivos definidos em outras leis	141
88-a.	Decisões dos Tribunais de Contas.	141
89.	Cédulas de crédito rural	142
90.	Outras cédulas de crédito	143
91.	Títulos estrangeiros	144
92.	Contrato de abertura de crédito	145
93.	Conclusões	150
93-a.	Invalidação do título executivo	150

CAPÍTULO X
CERTEZA, LIQUIDEZ E EXIGIBILIDADE DA
OBRIGAÇÃO CONSTANTE DO TÍTULO EXECUTIVO

94. Requisitos da obrigação retratada no título executivo.	153
95. Conceito de certeza, liquidez e exigibilidade	153
96. Liquidação dos títulos executivos.	154
97. Ilíquidez parcial da sentença	155
98. Prestações de trato sucessivo	155

CAPÍTULO XI
EXECUÇÃO PROVISÓRIA E DEFINITIVA

99. Procedimento da execução forçada	157
100. Observações sobre a petição inicial	158
101. Execução provisória de título extrajudicial	159

CAPÍTULO XII
RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL

102. Obrigação e responsabilidade.	161
103. Responsabilidade e legitimação passiva para a execução	163
104. Responsabilidade executiva secundária.	163
105. Sucessor singular	164
106. Sócio	166
107. Bens do devedor em poder de terceiros	167
108. Dívida de cônjuge.	167
109. Fraude de execução	168
110. Visão pretoriana atual da fraude de execução	172
111. A posição do terceiro adquirente em face da execução	174
112. Credor titular de direito de retenção.	175
113. Execução contra o fiador	175
114. Execução de dívida de pessoas jurídicas	176
115. Falecimento do devedor.	176

CAPÍTULO XIII
DISPOSIÇÕES GERAIS

116. Normas do processo de conhecimento	179
117. Execução e procedimento sumário	180
118. Ação declaratória incidental	181
119. Coibição dos atos atentatórios à dignidade da Justiça	182
120. Encargos da sucumbência: custas e honorários advocatícios	184

CAPÍTULO XIV
AS DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO

121. Disposições gerais	187
122. Direito de preferência gerado pela penhora	187
123. Ampliação da tutela aos privilégios	189
124. Documentação da petição inicial	190
125. Outras providências a cargo do credor	191
126. Prevenção contra a fraude de execução por meio de registro público	192
127. Efeito da averbação	192
128. Abuso do direito de averbação	193
129. Petição inicial incompleta ou mal instruída	193
130. Execução e prescrição	194
131. A exceção de prescrição	195
132. Nulidades no processo de execução	196
133. Imperfeição do título executivo	196
134. Falta de título executivo	197
135. Nulidade da execução fiscal	197
136. Vício da citação	198
137. Verificação da condição ou ocorrência do termo	199
138. A arguição das nulidades	200
139. Arrematação de bem gravado com direito real	200
140. Intimação de outros credores com penhora sobre os mesmos bens	202
141. Execução realizável por vários meios	202
142. Reação do executado à execução excessivamente onerosa	204
143. Peculiaridades da citação executiva	204
144. Despacho da petição inicial e recurso	205

CAPÍTULO XV
EXECUÇÃO PARA A ENTREGA DE COISA

145. Conceito	207
146. Entrega de coisa certa	208
147. Procedimento	209
148. Efeito dos embargos	210
149. Cominação de multa diária	211
150. Alienação da coisa devida.	211
151. Execução da obrigação substitutiva	212
152. Iniciativa da conversão	213
153. Execução de coisa sujeita a direito de retenção	214
154. Casos especiais de execução para a entrega de coisa certa	215
155. Execução para entrega de coisa incerta	216
156. A generalização da sentença executiva “ <i>lato sensu</i> ” (Lei nº 10.444, de 07.05.2002)	217
157. Providências cabíveis para reforçar a efetividade da tutela às obrigações de entrega de coisa	218
158. Embargos de retenção.	218
159. Medidas de coerção e apoio utilizáveis na execução do título extrajudicial.	219

CAPÍTULO XVI
EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER

160. Introdução	223
161. O problema da execução das prestações de fato	223
162. Fungibilidade das prestações	224
163. A multa como meio de coação	225
164. Distinguições preliminares	226
165. Princípios comuns	227
166. A sistemática preconizada pela Lei nº 10.444, de 07.05.2002.	228
167. Execução das prestações fungíveis	228
168. Realização da prestação fungível por terceiro.	229
169. Inadimplência do terceiro contratante.	230
170. Realização da prestação pelo próprio credor	231
171. Autotutela prevista no novo Código Civil.	232
172. Execução das prestações infungíveis	232
173. Execução das prestações juridicamente infungíveis: declaração de vontade	233

174. Execução das obrigações de não fazer	234
175. Medidas sub-rogatórias e antecipatórias	234

CAPÍTULO XVII

EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA O DEVEDOR SOLVENTE: GENERALIDADES

176. Introdução	239
177. Execução por quantia certa como forma de desapropriação pública de bens privados	240
178. O objetivo da execução por quantia certa	241
179. Espécies	242
180. Execução por quantia certa contra o devedor solvente	242
181. Proposição	243
182. Arbitramento dos honorários advocatícios antes da citação.	244
183. Redução da verba advocatícia arbitrada.	246
184. Arresto de bens do devedor não encontrado.	247

CAPÍTULO XVIII

EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA O DEVEDOR SOLVENTE: INSTRUÇÃO PELA PENHORA

185. Instrução	249
186. Penhora	249
187. Procedimento da penhora e avaliação	251
188. Realização prática da penhora.	252
189. Natureza jurídica da penhora	252
190. Extensão da penhora	255
191. Razão da impenhorabilidade do capital de giro	257
192. Objeto da penhora: bens penhoráveis	259
193. Bens impenhoráveis.	260
194. Noção de impenhorabilidade	261
195. Bens absolutamente impenhoráveis.	261
196. Ressalva geral da impenhorabilidade	268
197. A impenhorabilidade do imóvel de residência da família	268
198. Impenhorabilidade sucessiva do bem penhorado em execução fiscal.	270
199. Impenhorabilidade da pequena propriedade rural.	270
200. Bens relativamente impenhoráveis	272

201. Fundos líquidos em sociedade comercial	273
202. Ilegalidade da penhora	274
203. Remição da execução	274
204. Nomeação de bens à penhora	275
205. Falta de nomeação de bens na petição inicial	276
206. Ordem de preferência legal para a escolha dos bens a penhorar	276
207. Outras exigências a serem cumpridas na escolha dos bens a penhorar, por qualquer das partes	278
208. Penhora de bens escolhidos pelo executado	278
209. Dever de cooperação do executado na busca dos bens a penhorar	279
210. Nomeação de bens pelo exequente	280
211. Situação dos bens a penhorar	280
212. Bens fora da comarca	281
213. Penhora pelo oficial de justiça	282
214. Impedimentos e obstáculos à realização da penhora	283
215. Auto de penhora pelo oficial de justiça e penhora por termo do escrivão	283
216. Intimação da penhora	284
217. Alienação antecipada dos bens penhorados	286

CAPÍTULO XIX

EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA O DEVEDOR SOLVENTE: PENHORA E SUAS PARTICULARIDADES

218. Particularidades da penhora de certos bens	287
219. Penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira	287
220. Impenhorabilidade do saldo bancário	288
221. Penhora de parte do faturamento da empresa executada	289
222. Efetivação do esquema de apropriação das parcelas do faturamento	290
223. Penhora <i>on line</i> e preservação do capital de giro da empresa	291
224. Penhora de bem indivisível e preservação da cota do cônjuge não-devedor	291
225. Penhora de ações e quotas sociais	292
226. Penhora de créditos e de outros direitos patrimoniais	292
227. Penhora de direitos e ações	293
228. Penhora sobre créditos do executado	294
229. Sub-rogação do exequente nos direitos do executado	295
230. Penhora no rosto dos autos	295
231. Penhora sobre créditos parcelados ou rendas periódicas	295
232. Penhora de empresas e outros estabelecimentos	296

233. Empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público	297
234. Penhora de navio ou aeronave.	297
235. Penhora de imóvel	297
236. Penhora de imóvel situado fora da comarca da execução	300
237. Multiplicidade de penhoras sobre os mesmos bens	301
238. Modificações da penhora	302
239. Substituição da penhora.	303
240. Substituição por iniciativa de qualquer das partes.	304
241. Substituição por iniciativa do executado	305
242. Ausência de prejuízo para o exequente na substituição	306
243. Menor onerosidade para o executado	306
244. Substituição da penhora por fiança bancária ou seguro	307
245. Liberação da penhora por remição	307

CAPÍTULO XX

EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA: DEPÓSITO E ADMINISTRAÇÃO DOS BENS PENHORADOS

246. Depósito dos bens penhorados	309
247. Nomeação do depositário	310
248. Depósito dos bens imóveis	311
249. Depósito no caso de saldo bancário ou aplicação financeira	311
250. Depósito em caso de penhora sobre joias, pedras e objetos preciosos	312
251. Função do depositário.	312
252. Depositário comum e depositário administrador	313
253. Direitos e deveres do depositário	314
254. Ações sobre a posse e o domínio dos bens penhorados	315
255. Responsabilidade do depositário	316
256. Ação de depósito	316
257. Ação de prestação de contas.	318
258. Ação de indenização	319
259. Entrega de bens após a expropriação executiva	320
260. Prisão civil do depositário judicial	321

CAPÍTULO XXI
EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA: A EXPROPRIAÇÃO

261. Conceito	323
262. Avaliação	324
263. O encarregado da avaliação	325
264. Laudo de avaliação	325
265. Dispensa da avaliação	326
266. Avaliação de bem imóvel	327
267. Avaliação e contraditório	327
268. Repetição da avaliação	328
269. Reflexos da avaliação sobre os atos de expropriação executiva	329

CAPÍTULO XXII
ADJUDICAÇÃO

270. Introdução	331
271. Conceito de adjudicação	331
272. Requisitos da adjudicação	332
273. Depósito do preço	333
274. Legitimação para adjudicar	333
275. Adjudicação por credor	334
276. Adjudicação por cônjuge, descendente ou ascendente do executado	335
277. Adjudicação (remição) do bem hipotecado após o praxeamento	336
278. Prazo para a adjudicação	337
279. Concurso entre pretendentes à adjudicação	338
280. Auto de adjudicação	339
281. Aperfeiçoamento da adjudicação	340
282. Carta de adjudicação	340

CAPÍTULO XXIII
ALIENAÇÃO POR INICIATIVA PARTICULAR

283. As atuais dimensões da expropriação judicial através de alienação por iniciativa particular	341
284. Formalização da alienação por iniciativa particular	342
285. Carta de alienação	343

CAPÍTULO XXIV
ALIENAÇÃO EM HASTA PÚBLICA

286. Conceito de hasta pública e arrematação	345
287. Natureza jurídica	345
288. Espécies de hasta pública e conteúdo dos editais	347
289. Leilão e praça	348
290. Editais e outras divulgações da hasta pública	349
291. Intimação do devedor	350
292. Outras intimações	350
293. Adiamento da hasta pública	352
294. A hasta pública	352
295. Legitimação para arrematar	353
296. Forma de pagamento da arrematação	355
297. Auto de arrematação	355
298. Arrematação de imóveis	356
299. Oportunidade da proposta de arrematação a prazo	357
300. Requisitos mínimos da proposta	358
301. O cumprimento das prestações	358
302. Perda de eficácia da arrematação	358
303. Natureza da perda de efeitos da arrematação	362
304. Arrematação realizada antes do julgamento dos embargos do devedor	363
305. Carta de arrematação	364
306. Efeitos da arrematação	365
307. Evicção e arrematação	366
308. Vícios redibitórios	368
309. Ação anulatória da arrematação	368
310. Remição dos bens arrematados	369
311. Outros casos de remição (ou adjudicação?) de bens dados em garantia real.	370

CAPÍTULO XXV
EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA: PAGAMENTO AO CREDOR

312. Observações preliminares.	373
313. Última etapa do processo de execução	374
314. Entrega do dinheiro	374
315. O pagamento no caso de fiança bancária e seguro garantia judicial	375
316. Concurso de preferência sobre o produto da execução	375

317. Usufruto de móvel ou imóvel	378
318. Efeitos do usufruto judicial	381

CAPÍTULO XXVI

EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA: DÍVIDA DA FAZENDA PÚBLICA E PRESTAÇÕES ALIMENTÍCIAS

319. Execução contra a Fazenda Pública	385
320. Julgamento	387
321. Exceções ao regime dos precatórios	388
321-a. Regime especial dos precatórios	389
322. Execução por quantia certa fundada em sentença	389
323. Execução provisória contra a Fazenda Pública	390
324. Opção entre execução e ordinária de cobrança contra a Fazenda Pública	390
325. Atraso no cumprimento dos precatórios	391
326. Procedimento para obtenção do precatório complementar	392
327. Admissibilidade, excepcional, de execução por quantia certa contra a Fazenda Pública com agressão patrimonial imediata	392
328. Execução fiscal contra a Fazenda Pública.	393
329. Execução contra entidade da Administração Indireta	394
330. Execução de obrigação de dar.	394
331. Embargos à execução contra a Fazenda Pública	395
332. Execução de prestação alimentícia	396
333. A ação de alimentos e a técnica de cumprimento da sentença (Lei nº 11.232, de 22.12.2005)	397
334. Procedimento especial da execução alimentícia	397
335. Execução provisória em matéria de alimentos	399

CAPÍTULO XXVII

A DEFESA DO DEVEDOR. INCIDENTES DA EXECUÇÃO

336. Resistência à execução	403
337. Outros meios impugnativos.	405
338. Embargos e impugnação	406
339. Natureza jurídica dos embargos à execução.	408
340. Classificação dos embargos do devedor	409
341. Legitimação.	410
342. Autonomia dos embargos de cada executado	411

343. Competência	412
344. Generalidades sobre o processamento dos embargos	414
345. Segurança do juízo	415
346. Prazo para propositura dos embargos do devedor.	416
347. O prazo de embargos instituído pela Lei nº 11.382 e o direito intertemporal	418
348. Litisconsórcio passivo e prazo para embargar	418
349. Rejeição liminar dos embargos	419
350. Procedimento	422
351. A multa aplicável aos embargos manifestamente protelatórios	423
352. Cobrança das multas e indenizações decorrentes de litigância de má-fé	424
353. Os embargos à execução e a revelia do embargado	425
354. Efeitos dos embargos sobre a execução	427
355. Atribuição de efeito suspensivo aos embargos	428
356. Embargos parciais	429
357. Embargos de um dos co-executados	429
358. Embargos fundados em excesso de execução	429
359. Embargos à execução de sentença	430
360. Exceção de incompetência, suspeição ou impedimento.	431
361. Embargos de retenção por benfeitorias	432
362. Embargos à execução de título extrajudicial	432
363. Arguição de nulidade da execução	433
364. Vícios da penhora e da avaliação	434
365. Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções	435
366. Retenção por benfeitorias	436
367. Defesas próprias do processo de conhecimento.	437
368. Autonomia dos embargos do devedor em relação à execução.	438
369. Sucumbência nos embargos do devedor	439
370. Embargos à adjudicação, alienação ou arrematação	439
371. Legitimação para os embargos do art. 746	441
372. Objeto dos embargos do art. 746	441
373. A posição especial do arrematante	442
374. Litigância de má-fé nos embargos do art. 746.	442
375. Efeito suspensivo dos embargos à aquisição dos bens penhorados	443
376. Sucumbência e recurso nos embargos do art. 746.	443
377. Exceção de pré-executividade	444
378. Sucumbência na exceção de pré-executividade	448

CAPÍTULO XXVIII
PARCELAMENTO FORÇADO DO CRÉDITO EXEQUENDO

379. Moratória legal	451
380. Requisitos para a obtenção do parcelamento	451
381. Procedimento do incidente	452
382. Indeferimento do parcelamento	453
383. Descumprimento do parcelamento	453

CAPÍTULO XXIX
EMBARGOS DE TERCEIRO

384. Conceito	455
385. Legitimação ativa	455
386. Legitimação passiva	456
387. Valor da causa	456
388. Competência	457
389. Oportunidade	457
390. Julgamento e recurso	457
391. Procedimento	457
392. Embargos de terceiro opostos por credor com garantia real	458
393. Sucumbência na ação de embargos de terceiro	459

CAPÍTULO XXX
EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA O
DEVEDOR INSOLVENTE: INSOLVÊNCIA CIVIL

394. Execução coletiva e execução singular	461
395. Pressupostos da execução coletiva	462
396. Efeitos da declaração de insolvência	464
397. Características da execução coletiva	466
398. Algumas diferenças entre a falência e a insolvência civil	466
399. Insolvência de cônjuges	467
400. Apuração ou verificação da insolvência. Natureza jurídica do processo	468
401. Caracterização da insolvência	469
402. Legitimação	470
403. Insolvência requerida pelo credor	472
404. Insolvência requerida pelo devedor ou seu espólio	476

405. Competência	479
406. Declaração judicial de insolvência	480
407. Atribuições do administrador	481
408. Verificação e classificação dos créditos.	484
409. Credores retardatários e credores sem título executivo	485
410. Quadro geral de credores	485
411. Apuração do ativo e pagamento dos credores	487
412. Encerramento e suspensão do processo	488
413. Saldo devedor.	489
414. Extinção das obrigações	490
415. Concordata civil.	492
416. Pensão para o devedor	493
417. Insolvência de pessoas jurídicas	493

CAPÍTULO XXXI
SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO
DE EXECUÇÃO. RECURSOS.

418. Suspensão da execução	497
419. Suspensão provocada por embargos	498
420. Suspensão prevista no art. 265, nºs I a III	498
421. Suspensão por transação	499
422. Suspensão por inexistência de bens penhoráveis	499
423. Efeitos da suspensão	500
424. Extinção da execução	501
425. Outros casos de extinção da execução.	502
426. Sentença de extinção	503
427. Recursos no processo de execução	503
428. Sentenças de decisões em matéria de execução e seus incidentes	504
429. Efeitos dos recursos	505
430. Desapensamento dos autos dos embargos para tramitação da apelação.	506
431. Causas de alçada	506

CAPÍTULO XXXII
EXECUÇÃO FORÇADA E COISA JULGADA

432. Introdução	507
433. Processo de execução	507

434. Diferenças fundamentais entre o processo de conhecimento e o processo de execução	508
435. Execução forçada no atual direito brasileiro	510
436. Embargos à execução	511
437. Coisa julgada e estabilidade dos efeitos da execução forçada	513
438. Repetição do pagamento indevido	518
439. Jurisdição e execução	519
440. Opiniões de Carnelutti e Micheli	521
441. Preclusão “pro iudicato”	523
442. Execução injusta no CPC	524
443. Conclusões	525

CAPÍTULO XXXIII EXECUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA

444. Procedimento especial da execução fiscal	527
445. Simplificação da petição inicial	529
446. Despacho da inicial	529
447. Citação do devedor	529
448. Prescrição	530
449. Penhora	531
450. Remoção e substituição dos bens penhorados	531
451. Embargos do devedor	532
452. Expropriação	533
453. Arrematação	533
454. Adjudicação	534
455. Despesas processuais	534
456. Recursos	535

TÍTULO III CUMPRIMENTO DA SENTENÇA

CAPÍTULO XXXIV A EXECUÇÃO FORÇADA COM BASE EM TÍTULO JUDICIAL

457. As vias executivas no processo civil brasileiro	537
458. A execução como ofício normal do juiz	537

459. A reforma é boa mas não é milagrosa	539
460. Direito intertemporal	541

CAPÍTULO XXXV

CUMPRIMENTO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA

461. A noção de sentença condenatória perante as novas técnicas de cumprimento dos julgados	543
462. Regras disciplinadoras do cumprimento das sentenças	546
463. A possibilidade de execução com base em sentença declaratória	546
464. Cumprimento por iniciativa do devedor	549
465. Sucumbência	550

CAPÍTULO XXXVI

CUMPRIMENTO DA SENTENÇA RELATIVA ÀS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER

466. Noção de obrigação de fazer e não fazer	551
467. Execução específica e execução substitutiva	552
468. Tutela específica	552
469. Característica do procedimento da execução específica	554
470. Tutela substitutiva	554
471. Medidas de apoio	555
472. A multa (<i>astreinte</i>)	556
473. Cumulação da multa diária com medida de execução específica	561
474. Execução da multa	561
475. Obrigações de não fazer	562
476. Encerramento do processo	563

CAPÍTULO XXXVII

EXECUÇÃO DA SENTENÇA QUE CONDENA AO CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE DECLARAR VONTADE

477. Execução das prestações de declaração de vontade	565
478. Satisfação da contraprestação a cargo do exequente	567
479. A execução das sentenças que condenam à declaração de vontade	567
479-a. Algumas observações sobre o compromisso de compra e venda de imóveis	568

CAPÍTULO XXXVIII
CUMPRIMENTO DA SENTENÇA RELATIVA À
OBRIGAÇÃO DE ENTREGA DE COISA

480. Noção de obrigação de dar (<i>entrega de coisa</i>)	571
481. Execução específica e execução substitutiva	571
482. Procedimento pós-sentença	572
483. Tutela substitutiva	572
484. Multa e outras medidas de apoio	573
485. Obrigação genérica	574
486. Retenção por benfeitorias	574

CAPÍTULO XXXIX
CUMPRIMENTO DA SENTENÇA RELATIVA
À OBRIGAÇÃO POR QUANTIA CERTA

487. Noção de obrigação por quantia certa	577
488. Execução por quantia certa fundada em sentença	577
489. Multa legal	578
490. Inexistência de citação ou intimação pessoal do devedor	580
491. Requerimento do credor	581
492. O procedimento executivo	582
493. Impugnação do executado	583
494. Enumeração legal dos temas abordáveis na impugnação ao cumprimento da sentença	584
495. Incompetência do juízo, impedimento ou suspeição do juiz	592
496. Regra especial para a impugnação ao excesso de execução	592
497. Procedimento da impugnação	592
498. Efeito da impugnação	593
499. Instrução probatória	593
500. Julgamento da impugnação	594

CAPÍTULO XL
TÍTULOS EXECUTIVOS JUDICIAIS

501. Noções introdutórias	595
502. Medidas preparatórias	596
503. Procedimento especial: sentença penal, sentença arbitral e sentença estrangeira	597

504. Encerramento da execução de sentença	597
505. Sentença condenatória civil	598
506. Nova visão dos efeitos da sentença declaratória.	600
507. Sentenças de indenização por ato ilícito.	602
508. Pensionamento em salários mínimos	605
509. Sentença penal condenatória	605
510. Sentença homologatória de conciliação ou de transação	606
511. Homologação de acordo extrajudicial	607
512. Sentença arbitral	608
513. Sentença estrangeira	608
514. O formal de partilha.	609
515. Condenações a prestações alternativas	610
516. Sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo.	610
517. Requisito de admissibilidade da sentença condicional ou a termo	612
518. Julgamento fracionado da lide	613

CAPÍTULO XLI EXECUÇÃO PROVISÓRIA E DEFINITIVA

519. Noções introdutórias	615
520. Fundamentos da execução provisória.	615
521. Execução de título extrajudicial embargada	616
522. Situação do tema no Código.	617
523. Normas básicas da execução provisória.	618
524. Incidentes da execução provisória	620
525. Processamento da execução provisória	621
525-a. Execução provisória por quantia certa	621

CAPÍTULO XLII COMPETÊNCIA

526. Juízo competente para o cumprimento da sentença	623
527. Regras legais sobre competência aplicáveis ao cumprimento da sentença	623
528. Competência opcional para o cumprimento da sentença relativa a obrigação por quantia certa	624
529. Competência para cumprimento da sentença arbitral	624
530. Competência para execução civil da sentença penal	625

531. Competência internacional	625
531-a. Direito intertemporal	626

CAPÍTULO XLIII
TÍTULO JUDICIAL ILÍQUIDO

532. Sentença ilíquida	627
533. Execução da sentença ilíquida	627
534. Casos de iliquidez da sentença	628
535. Natureza jurídica da liquidação da sentença	629
536. A liquidação e os honorários advocatícios	630
537. Limites da liquidação	631
538. Contraditório	631
539. Iliquidez parcial da sentença	631
540. Liquidação por iniciativa do vencido	632
541. Recursos	632
542. Liquidação frustrada	633
543. Procedimentos possíveis	634
544. Liquidação por cálculo	635
545. Cálculo com base em dados ainda não juntados aos autos.	635
546. Memória de cálculo aparentemente excessiva	636
547. Liquidação por arbitramento	637
548. Liquidação por artigos	638
549. A indisponibilidade do rito da liquidação	640
550. Rescisão da decisão liquidatória	641
551. Direito intertemporal	642

Bibliografia	645
------------------------	-----

Índice Alfabético-Remissivo	657
---------------------------------------	-----